



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CFP)

UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA (UNAGEO)

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAMILA SARAIVA LACERDA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: O FECHAMENTO DA
ESCOLA RURAL E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA DA COMUNIDADE MATA
FRESCA - BOM JESUS - PB**

CAJAZEIRAS – PB

2023

CAMILA SARAIVA LACERDA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: O FECHAMENTO DA
ESCOLA RURAL E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA DA COMUNIDADE MATA
FRESCA - BOM JESUS - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras-PB como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

CAJAZEIRAS – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

L131e	<p>Lacerda, Camila Saraiva. Educação do campo e territórios em disputa: o fechamento da Escola Rural E. M. E. I. F. José Abel de Souza da Comunidade Mata Fresca – Bom Jesus - PB / Camila Saraiva Lacerda. - Cajazeiras, 2023. 36f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Educação do Campo. 2. Educação – Zona Rural - Bom Jesus - Paraíba. 3. Educação infantil. 4. Fechamento de escolas do campo. 5. Esvaziamento escolar infantil. 6. Escola José Abel de Sousa - Zona Rural- Município de Bom Jesus- Paraíba. 7. Turmas multisseriadas. I. Oliveira, Maria Edilara Batista d. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS</p> <p>CDU – 37.018.51</p>
-------	--

CAMILA SARAIVA LACERDA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: O FECHAMENTO
DA ESCOLA RURAL E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA DA
COMUNIDADE MATA FRESCA - BOM JESUS - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras-PB como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovado em: 04/12/23

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira (UNAGEO/CFP/UFCG -
Orientadora)



Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (UNAGEO/CFP/UFCG) –
Examinador 1)



Prof. Me. Matheus Gouveia (UNAGEO/CFP/UFCG – Examinador 2)

Dedico este trabalho a todas as professoras e professores das escolas da zona rural de Bom Jesus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha formação acadêmica, pois sozinha não teria conseguido concluir essa etapa tão importante em minha vida.

Agradeço aos professores do curso de licenciatura plena em geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras, por todos os ensinamentos. Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e o Programa Residência Pedagógica, as experiências vivenciadas e conhecimentos compartilhados nesses programas foram fundamentais na minha trajetória acadêmica.

A orientadora desta pesquisa, a professora Dra. Mara Edilara Batista que tive a honra de conhecer no meu último ano de graduação e que contribuiu enormemente com suas orientações e que além disso tem sido inspiração enquanto professora e pesquisadora.

A banca examinadora, formada pela prof. Dra. Cícera Cecília e pelo prof. Me. Matheus Gouveia, por todo conhecimento compartilhado na sala de aula e pelas contribuições neste trabalho.

Aos moradores da comunidade Mata Fresca e Mastruz, que foram extremamente atenciosos durante os trabalhos de campo realizados para elaboração desta pesquisa, especialmente Marineide Lisboa.

Ao meu ex-professor do Ens. Médio José Cláudio, que sempre foi um profissional admirável e que no decorrer desta pesquisa compartilhava gentilmente suas memórias dos anos em que estudou na comunidade do Sítio Mastruz.

Aos colegas da turma 2017.1 que tive a honra de compartilhar o sonho em comum de nos tornarmos professoras e professores, especialmente às queridas amigas Vitória Moura e Gizelly Moura, e aos queridos amigos Jonas Barbosa e Ivan Júnior.

As colegas de disciplina de TCC, Vanessa Félix e Eugênia Cavalcante, compartilhar essa fase de pesquisa e escrita com vocês foi uma ótima experiência, juntas conseguimos nos apoiar e ajudarmos umas as outras.

A minha Madrinha Josefa (Zefinha) e ao meu padrinho Raimundo, sempre gentis ao me acolherem em seu lar quando precisei. Nos dias solitários na UFCG vocês foram meu abrigo.

Ao meu pai dedicado e amoroso Carlito Saraiva, que me acompanhou desde do dia da matrícula no curso até os estudos de campo realizados durante esta pesquisa, sempre pronto para me ajudar e acolher. A minha doce e gentil mãe Maria de Lacerda (Dona Leonete), que sempre me incentivou a estudar e que segurou minha mão todas as vezes que pensei em desistir. Vocês são a razão de tudo e seus conselhos e abraços que me motivaram diariamente a continuar, gratidão eterna.

As minhas irmãs Kalliety Saraiva e Kalliny Saraiva, ao meu irmão Carlos Victor Saraiva, vocês sempre serão a minha mais forte inspiração na vida acadêmica e profissional, com a dedicação e competência de cada um, mas principalmente na vida pessoal, pois são as pessoas mais bondosas com quem já convive na vida. Obrigado por estarem comigo e por acreditarem em mim.

A minha cunhada Honoria Maria, pela amizade e carinho, você se tornou uma grande amiga e fonte de inspiração.

Por fim, mas em primeiro lugar, agradeço às crianças com quem convivo e amo, especialmente minha sobrinha Maria Luíza e a minha afilhada Débora Helena, são vocês que despertam em mim a vontade e entusiasmo de continuar tendo esperança(R) em um mundo melhor, mais justo e feliz.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo buscar compreender as causas que resultaram no encerramento das turmas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental da E.M.E.I.F José Abel de Souza na comunidade da Mata Fresca, zona rural de Bom Jesus-PB. Discutindo isso a partir de uma visão que compreende o fechamento de escolas no campo como parte do projeto esvaziamento do campo decorrente da disputa por território. A relevância deste trabalho consiste em colaborar com as pesquisas sobre educação do campo a partir de um enfoque geográfico. A metodologia da pesquisa consistiu em realizar o levantamento bibliográfico, trabalho de campo, fazer entrevistas e por fim uma análise com base nas leituras e informações obtidas. A partir disso foi possível compreender que a diminuição no número de alunos ocasionou o fechamento da escola José Abel de Souza e que isso é reflexo da diminuição do número de moradores nas comunidades atendidas pela escola. Apesar da diminuição do número de alunos, busca-se discutir neste trabalho a possibilidade de reativação das turmas da escola José Abel de Souza e que essa ação deve ser realizada em conjunto com a implementação de outras políticas públicas para o campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; território; fechamento de escolas.

ABSTRACT

The main objective of this work is to seek to understand the causes that resulted in the closure of Early Childhood Education classes and the initial years of Elementary School at E.M.E.I.F José Abel de Souza in the Mata Fresca community, rural area of Bom Jesus-PB. Discussing this from a perspective that understands the closure of schools in the countryside as part of the project to empty the countryside resulting from the dispute over territory. The relevance of this work lies in collaborating with research on field education from a geographic focus. The research methodology consisted of carrying out a bibliographical survey, fieldwork, interviews and finally an analysis based on the readings and information obtained. From this it was possible to understand that the decrease in the number of students caused the closure of the José Abel de Souza school and that this is a reflection of the decrease in the number of residents in the communities served by the school. Despite the decrease in the number of students, this work seeks to discuss the possibility of reactivating classes at the José Abel de Souza school and that this action must be carried out in conjunction with the implementation of other public policies for the countryside.

Keywords: Field Education; territory; school closures.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
2.1. Uma disputa pela educação e por terras no campo	12
2.2. O fechamento de escolas no campo: um desafio a ser superado	17
3. E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA DO SÍTIO MATA FRESCA	19
3.1. Breve caracterização do município de Bom Jesus - PB	19
3.2. O processo de fechamento da E.M.E.I.F José Abel de Souza	20
3.3. Processo de esvaziamento do campo	25
4. E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA: PROPOSTA DE REATIVAÇÃO DAS TURMAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	27
4.1. Turmas multisseriadas: uma proposta de enfrentamento ao processo de fechamento da escola E.M.E.I.F José Abel de Souza	27
5. Considerações finais	31
Referências	33

1. INTRODUÇÃO

O problema de fechamento de escolas é vivenciado em todo o Brasil, especialmente no campo, espaço no qual teve o total de 80 mil escolas fechadas entre o período de 1997 a 2018. Como reflexo desse processo presenciamos um movimento de resistência a essa ação do Estado, por parte dos movimentos sociais, o que vem provocando a produção de uma série de pesquisas realizadas em diferentes ramos das ciências, principalmente das ciências humanas e sociais.

Neste trabalho, pretendemos buscar contribuir com tais pesquisas a partir do ponto de vista geográfico, investigando as causas que resultaram na transferência dos estudantes da E.M.E.I.F José Abel de Souza da comunidade do Sítio Mata Fresca para a escola localizada na cidade de Bom Jesus e inserindo-as no debate teórico de estudos e discussões sobre a educação do campo e o campo como território.

Logo, “pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana” (Fernandes, 2006, n.p). Sendo assim, estamos entendendo o acesso à educação como uma das dimensões da vida das famílias camponesas do Sítio Mata Fresca, portanto, uma das dimensões do seu próprio território.

No que se refere a metodologia da pesquisa, a primeira etapa constituiu no levantamento bibliográfico dos principais autores que pesquisaram sobre temas relacionados à educação do campo, entre eles estão os trabalhos de Caldart (2015), Costa e Cabral (2016), Fernandes (2014), Hage (2014), Molina (2015), Molina e Freitas (2011), Oliveira (2015), Peripolli e Zoia (2011).

Na etapa seguinte, foi realizado o trabalho de campo na Escola José Abel de Souza, onde foram realizadas duas visitas na escola com a finalidade de conhecer sua estrutura física. Pois, a escola ainda está em funcionamento no período noturno, com turmas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos e pode ser utilizada para sediar eventos organizados pela comunidade ou por instituições públicas.

Em seguida, foram realizadas entrevistas com duas representantes da comunidade (com uma mãe de ex-alunos da escola e com uma ex-professora da escola, aposentada recentemente), também foi realizada uma entrevista na

Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus com representante da referida instituição.

A etapa de trabalho de campo é imprescindível para a pesquisa, pois segundo Minayo (2007) deve haver uma interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados que irá ser estabelecida durante as observações e entrevistas no decorrer do trabalho. Concluído o trabalho de campo deve-se analisar os dados colhidos, visto que é função do pesquisador “[...] uma colaboração específica que não é e não pode ser a mera repetição do que observou e do que ouviu nas entrevistas. O pesquisador em qualquer hipótese tem o ônus da compreensão contextualizada e da interpretação” (MINAYO, 2007, p.75).

Além disso, trago um pouco do que ouvi e vivi durante minha vivência nas comunidades dos sítios Mata Fresca e Mastruz, nos diversos momentos que estive nesses lugares compartilhando de momentos com amigos e familiares. Então, dessa forma, tendo acesso a alguns momentos da vida dos sujeitos da pesquisa, que pude pensar em algumas das interpretações que foram elaboradas nesta pesquisa.

Já a última etapa teve como objetivo elaborar a partir do nosso referencial teórico e das informações coletadas em trabalho em campo, assim como das vivências que tive com a comunidade, uma análise das causas e possíveis consequências ocasionadas a partir do encerramento de turmas da E.M.E.I.F José Abel de Souza.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo, primeiramente trazemos uma breve discussão sobre os projetos de educação do campo e educação rural, e como essa discussão está diretamente relacionada com a disputa por território entre o agronegócio e os camponeses, quilombolas e indígenas. Em seguida, é abordado um pouco sobre o processo de fechamento de escolas do campo no Brasil e como os sujeitos do campo reagiram e reagem frente a esse processo.

2.1. Uma disputa pela educação e por terras no campo

Os povos do campo lutam por uma Educação do Campo e no campo, esse processo de luta é conhecido nacionalmente como Movimento de Educação do

Campo. Reivindicando o direito à educação de qualidade, que respeite seus saberes, costumes e modo de vida. Além disso, uma escola que saiba dialogar os conhecimentos científicos com a realidade do trabalho no campo. De acordo com Caldart (2012),

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (p.259).

Ou seja, uma escola que compreenda as particularidades do campo, protagonizada pelos sujeitos do campo e no campo, inserida no projeto maior de fortalecimento dos camponeses, quilombolas e indígenas. Uma educação que,

[...] não seja pautada em um modelo universal, mas que garanta o seu direito a educação pública e de qualidade, que viabilize uma escola que não negue o direito do sujeito de direito, que fortaleça a sua cultura, que seja articulada às suas necessidades, às suas lutas, aos movimentos sociais, ao seu modo de vida, que possibilite intervir em sua realidade social (Costa e Cabral, 2016, p. 189).

Portanto, uma educação emancipadora e libertadora, sendo uma educação que possibilite o educando compreender sua realidade e a partir dessa compreensão e conhecimentos adquiridos na escola, consigam intervir na sua realidade. Nesse sentido,

É relevante incorporar no trabalho pedagógico a materialidade da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico que, em si mesmo, já é produto de um trabalho coletivo, realizado por centenas e centenas de homens e mulheres ao longo dos séculos (Molina e Freitas, 2011, p. 260 e 270).

O Movimento de Educação do Campo surge com uma visão crítica contra a educação pensada e articulada pelo agronegócio. Pois, "a educação, no decorrer da história, constitui-se como uma forma de opressão, de exclusão, de fomento das desigualdades" (Costa e Cabral, 2016, p.192).

O agronegócio precisa da força braçal dos trabalhadores do campo, precisam de mão-de-obra barata, para isso não necessitam que os trabalhadores tenham uma boa formação. A medida que ,

Um dos fatores que garantem a competitividade do Brasil como um dos principais exportadores de commodities diz respeito aos custos extremamente baixos da força de trabalho do campo no país; de sua altíssima exploração (como por exemplo, dos trabalhadores da cana de açúcar, que tem morrido por exaustão) e ao seu baixíssimo nível de formação/ escolarização (Molina, 2015, p.386).

Acrescenta-se ainda que,

O modelo agrícola do agronegócio não demanda uma forte elevação da escolaridade do povo camponês. Os pacotes agrícolas nos quais ele se sustenta não requerem, na execução dos processos produtivos no campo, de grandes mediações do conhecimento. Apenas alguns poucos processos exigem uma força de trabalho muito mais qualificada (Molina, 2015, p. 386).

De acordo com Costa e Cabral (2016),

O modelo de educativo que subsidia a educação para os povos do campo distancia-se dos hábitos, das tradições, dos costumes, enfim, do modo de ser dessa realidade, e centra-se em bases que não fortalecem a sua cultura, vendo o campo apenas como espaço de produção e os camponeses como sujeitos desta produção, base que está fundamentada nos ideais do capitalismo que, por sua vez, negligencia o desenvolvimento humano (p. 180).

Esse modelo de educação é nomeado por alguns estudiosos como Educação Rural, que segue um modelo de educação urbana, considerando o campo como atrasado e não desenvolvido a partir das ideias de desenvolvimento impostos pelo capitalismo. “Esta traz em seus princípios a hegemonia, a supremacia de um povo sobre outro, de um conhecimento que nega a outros, o que tem gerado lutas contra hegemônicas das classes” (Costa e Cabral, 2016, p. 193).

Da mesma forma que não precisam de trabalhadores escolarizados, o agronegócio também não precisa que esses trabalhadores permaneçam no campo, todavia precisam explorar mais terras e para isso esvaziar o campo é uma de suas estratégias. Esse projeto de esvaziamento do campo se reflete na escola de duas formas: de um lado, se as famílias são expropriadas das terras de trabalho elas acabam saindo do campo, havendo assim uma diminuição no número de alunos na

escola, e com isso uma "ótima" justificativa para o consequente fechamento da mesma. Do outro lado, e como uma cartada final, sem escola em suas comunidades as famílias não permanecem, pois tem que matricular suas crianças em escolas de outras localidades, e enviar seus filhos em transportes em condições muitas vezes precárias, tanto do transporte como das estradas. Por fim, essas famílias também acabam abandonando suas casas nas áreas rurais e se mudando de forma precária para a cidade, geralmente conformando as periferias.

Conforme o avanço científico e tecnológico que ocorreram no campo, intensificados a partir da Revolução Verde cujo objetivo era elevar a produção de alimentos a partir do uso de maquinários, sementes geneticamente modificadas, concessão de crédito rural, entre outras ações, esse projeto de esvaziamento do agronegócio ficou mais evidente. De acordo com Peripolli e Zoia (2011),

Estes avanços científicos e tecnológicos, todavia, vieram acompanhados do que há de mais perverso no atual modelo de agricultura, a expropriação dos meios de produção de uma parcela significativa da população camponesa, mais especificamente, a terra de trabalho. Esta, o capital a transformou em terra de negócio, expulsando um sem-número de trabalhadores do campo (p.190).

Ou seja, para o agronegócio a terra é somente espaço para produção, para expandir seus lucros, enquanto para os camponeses a terra é espaço de vida. Pois, de acordo com Fernandes (2014),

[...] mesmo utilizando apenas 24% da área agrícola, a agricultura camponesa reúne 74% do pessoal ocupado ou 12.322.225 pessoas, sendo que o agronegócio emprega em torno de 26% ou 4.245.319 pessoas. Essa desigualdade fica mais evidente quando observamos que a relação pessoa – hectare nos territórios do agronegócio é de apenas duas pessoas em cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a relação é de quinze pessoas para cada cem hectares. Esta diferença ajuda a compreender que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo e que a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade (p.48).

Assim, o espaço rural torna-se território de disputa entre o agronegócio e o campesinato, cujo os modelos de desenvolvimento territorial se diferenciam, conformando assim territórios antagônicos. Segundo Fernandes (2014), o agronegócio controla o território de duas formas:

[...] pelo monopólio do território camponês pelo agronegócio, como destaca Oliveira (1991), ou territorialidade do capital em território camponês onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio que, evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas (p.46).

De acordo com o autor, esse processo gera a concentração de poder, riquezas e territórios, aumentando consideravelmente as desigualdades sociais no campo e ameaçando o potencial de produção de alimentos pelos camponeses.

O fruto dessas disputas por território tem sido a barbárie, causando violência e até mortes de camponeses no campo. A Comissão Pastoral da Terra - CPT, divulgou os dados de conflitos no campo no Brasil, referentes ao 1º semestre de 2023, coletados, organizados e registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc). Segundo os dados divulgados sobre os conflitos pela terra,

Durante o período, **878** famílias sofreram com a destruição de suas casas, **1.524** de seus roçados e **2.909** de seus pertences. Também houve aumento no número de famílias expulsas (**554**), e despejadas judicialmente (**1.091**) e impedimentos de acesso a áreas coletivas, como roças, áreas de extrativismo do babaçu e outras. No caso das violências contra a ocupação e a posse, os crimes de pistolagem, grilagem e invasão também mostram um crescimento no número de ocorrências (**143**, **85** e **185**, respectivamente) (Comissão Pastoral da Terra, 2023).

Diante disso, vemos que a luta e resistência dos povos do campo tem sido constante e necessária. Visto que, “ainda não conseguiu-se realizar uma Reforma Agrária ampla e construir Políticas Públicas que resolvessem o problema da desigualdade e da pobreza nesse espaço agrário” (Oliveira, 2015, p. 209).

Dito isso, ressaltamos o que foi afirmado por Molina (2015) de que,

[...] é relevante enfatizar que falar da Educação do Campo, necessariamente, significa falar da disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa e as imensas diferenças entre as consequências que estes modelos de desenvolvimento têm para o homem; para natureza e para a sociedade (Molina, 2015, p. 380).

Então, acreditamos que devemos pensar no fechamento das escolas do campo não a partir de uma visão simplista, meramente escolar, mas dessa visão mais ampla que compreenda a escola do campo inserida nesse contexto de disputa por

território, além de que também se torna objeto de disputa, como mencionado anteriormente. Pois,

Ao entender a educação para o campo como um espaço em disputa, e ao verem mobilizações em torno desse espaço – mobilizações essas não só pela construção de escolas no campo, assim como também por um modelo de formação específico que valoriza os sujeitos camponeses e seus saberes – as instituições do capital em escala internacional começam a lançar diagnósticos e traçar metas referentes a oferta de educação para essas áreas, entendendo que esse é um espaço importante na construção de um modelo de desenvolvimento (Oliveira, 2015, p.249).

Desse modo, defender a Educação do Campo, desde o seu processo de origem, foi e continuará sendo defender o direito à terra, defender um modo de vida sustentável, que o agronegócio tem mostrado ser incapaz de fazer, destruindo a natureza com o uso indiscriminado de recursos naturais, causando grandes danos ambientais e explorando o trabalho de trabalhadores rurais.

Ressaltando que, a “necessidade de se compreender que o fechamento das escolas integra o intenso processo de desterritorialização dos camponeses, acelerando a liberação de mais terras para a nova lógica de acumulação do capital no campo, representado pelo agronegócio” (Molina, 2015, p.388), analisaremos a seguir esse processo de subordinação por meio do fechamento das escolas, mas também a resistência camponesa a esse processo.

2.2. O fechamento de escolas no campo: um desafio a ser superado

No ano de 2011, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) lançou a campanha “Fechar escola é crime” com o objetivo de denunciar o número alarmante de escolas no campo que estavam sendo fechadas. A campanha resultou na aprovação da lei de 2013 que obriga que antes do fechamento de escolas nas comunidades rurais, indígenas e quilombolas, a comunidade escolar seja ouvida e que seja apresentada uma justificativa formal à secretaria de educação do estado.

No entanto, de acordo com MST, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que o fechamento de escolas no campo ainda é uma preocupação. De 1997 a 2018,

havia sido fechadas 80 mil escolas no campo brasileiro, o que representa uma média de 4 mil escolas fechadas por ano¹.

De acordo com Oliveira et al (2023), as pesquisas mais recentes mostram que “entre os anos de 2018 a 2021, foram fechadas um total de 4.052 escolas do campo no Brasil” (p.333). Sendo a região Nordeste a mais afetada, “com um número de 2.883 escolas, o que corresponde a mais de 70% do total de escolas fechadas no Brasil” (Oliveira et al, 2023, p.333).

Os trabalhos estudados mostram que as secretarias de educação comumente apresentam as mesmas justificativas para o fechamento dessas escolas, onde com o objetivo de diminuir gastos optam por fechá-las. Em decorrência disso ocorre o processo de nucleação de escolas. Como explica Rodrigues et al (2017) que,

Na prática, esse processo de nucleação corresponde à desativação da escola, por um período de 5 anos, e ao posterior fechamento. A nucleação, na primeira fase do ensino fundamental, se configura como o deslocamento de crianças e jovens das redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas. Na segunda fase do ensino fundamental, o processo se assemelha. Porém os alunos são deslocados para as escolas localizadas na cidade. Destaca-se que muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana (p. 709).

No geral, as comunidades foram/são resistentes ao processo de fechamento das escolas, assim como foi o movimento protagonizado pelo MST “Fechar escola é crime”. De acordo com Peripolli e Zoia (2011),

Os nossos trabalhos de campo mostram que os camponeses resistem a todo custo à tentativa e/ou qualquer ato que sinalize o fechamento de uma escola dentro das comunidades. E com razão, uma vez que a escola (mesmo a “escolinha”) tem um significado muito maior do que quem a vê, simplesmente como uma (mais uma) escola. Uma escola no campo representa o centro irradiador das comunidades. Ali, ao seu redor, é que tudo acontece: encontro das pessoas em datas festivas (festas de santos); da reza da missa e/ou do terço (novena/culto); da palestra dos agentes de saúde, do sindicato, da cooperativa; do comício em tempo de campanha política; da quermesse; etc. (p. 196).

É nesse contexto de fechamento de escolas do campo que se inicia em 2023 o fechamento de duas escolas nas comunidades rurais do município de Bom Jesus -

¹ Disponível em: [80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos - MST.](#)

PB, acontecimento preocupante e que, no entanto, tem sido pouco questionado pela comunidade no geral. Inicialmente vimos uma recusa pelo fechamento das escolas por parte das comunidades, mas até então não houve nenhuma ação consistente contra a decisão tomada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Bom Jesus.

3. E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA DO SÍTIO MATA FRESCA

Neste capítulo, procuramos expor a problemática do trabalho. Descrevemos e delimitamos o objeto da pesquisa, a E.M.E.I.F José Abel de Souza. Além disso, tentamos argumentar com a hipótese de que o fechamento das escolas do campo fazem parte do projeto de esvaziamento do campo, projeto construído, pensado e executado pelo agronegócio e muitas vezes com o apoio do Estado.

3.1. Breve caracterização do município de Bom Jesus - PB

A E.M.E.I.F José Abel de Souza, está situada na comunidade do Sítio Mata Fresca, zona rural do município de Bom Jesus - PB, no extremo oeste da Paraíba. O município faz divisa com os municípios de Cajazeiras, Santa Helena, Cachoeira dos Índios e Ipaumirim no Ceará. Na página seguinte podemos observar o mapa de localização do município de Bom Jesus, Paraíba (mapa 1). O município possui uma área territorial de 47,367 km².

De acordo com os dados preliminares do Censo de 2022 divulgados pelo IBGE, Bom Jesus possui 2.286 habitantes, o que representa uma queda de -4,75% em comparação ao Censo de 2010.

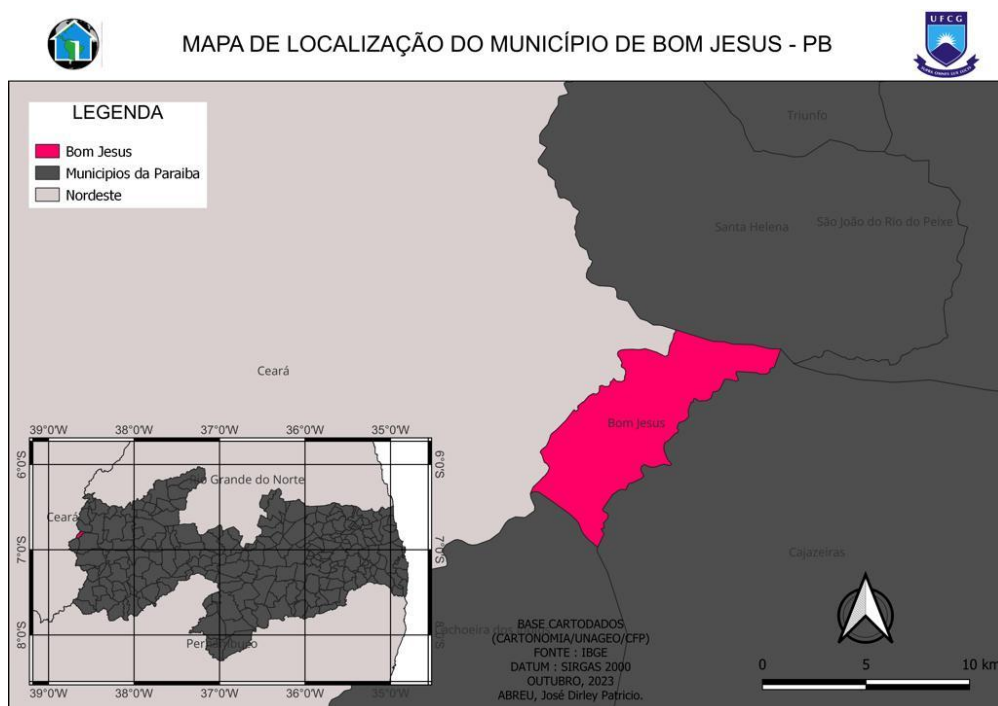
O município é pequeno, com poucos habitantes e possui fortes características rurais, um espaço com características sociais e de modo de vida particular, que difere em partes do modo de vida daqueles que habitam as cidades e mais ainda as grandes cidades. Além do que, entendemos que "A ruralidade é um conceito de natureza territorial e multisetorial onde se devem levar em consideração as economias regionais e a densidade populacional" (Cella, Queda e Ferrante, 2019, p.71). Sendo assim, compreende-se a partir de observações críticas que o município possui mais características rurais do que urbanas.

Dessa forma ressaltamos o que o autor Silva (2014) descreve em seu trabalho sobre Bom Jesus que,

[...] percebe-se que a maioria da população vive na zona rural, são pessoas simples que trabalham na agricultura para retirar o seu sustento e de sua família. São criadores de gados, de caprinos e suínos, e a maioria da produção desses animais é para vender na cidade, adquirindo, dessa forma, mais um meio de remuneração para completar a subsistência de suas famílias (Silva, 2014, p. 49).

Em relação aos aspectos físicos, o município está inserido numa região de clima semi-árido, com vegetação típica de caatinga e o relevo é incluso na denominada Planície Sertaneja. Quando distrito do município de Cajazeiras - PB, o local era conhecido como Aroeira, fazendo referência à quantidade de pés de aroeira, planta típica da caatinga.

Mapa 1 - Mapa de localização do município de Bom Jesus - PB



Fonte: Abreu, José Dirley Patricio (2023).

3.2. O processo de fechamento da E.M.E.I.F José Abel de Souza

A E.M.E.I.F José Abel de Souza (figura 1) foi inaugurada em novembro de 1985, no mesmo dia em que ocorreu a inauguração da Escola Municipal Minervino

Alves Soares, na comunidade do Sítio Mastruz. Ambas iniciaram suas atividades no ano seguinte, em 1986.

Figura 1 - E.M.E.I.F José Abel de Souza



Fonte: Lacerda, C.S (2023).

Cerca de quatro a cinco anos depois a Escola Minervino Alves Soares, do Sítio Mastruz, foi desativada com a justificativa de que seria apenas para uma pequena reforma na estrutura física, porém não voltou mais a funcionar. Os alunos foram transferidos para a Escola José Abel de Souza, desde então, a escola passou a receber alunos da comunidade do Mastruz. As comunidades são próximas, a maioria dos alunos do Mastruz moram a aproximadamente 1,6 km de distância da Escola José Abel de Souza e havia o ônibus escolar disponibilizado pela prefeitura municipal para se deslocarem de suas casas até a escola.

Recentemente, no ano de 2021, o prédio da E.M.E.I.F José Abel de Souza passou por uma reforma, fruto da luta conjunta das professoras, pais e alunos das comunidades.

Em visita a escola observamos que a mesma possui um pátio, cozinha, banheiros e duas salas de aulas, em uma das salas de aulas são guardados os livros, materiais didáticos e tecnológicos da escola. Não possui quadra esportiva e/ou para lazer, laboratório de ciências, nem sala de professores ou diretoria. Tem acesso a água e energia elétrica, mas não tem acesso a coleta de lixo.

No ano de 2022, funcionava na E.M.E.I.F José Abel de Souza turmas multisseriadas, com alunos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Ao iniciarem os estudos nos anos finais do Ensino Fundamental II, os alunos passam a estudar na escola municipal localizada na sede do município de Bom Jesus, se deslocando todos os dias de de suas comunidades para a cidade, que fica a cerca de 4,1 km de distância, o trajeto também é realizado no ônibus escolar disponibilizado pela prefeitura municipal.

Já no período da noite um professor ensinava alunos da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, dos ciclos I e II (correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental I). Estes muitas vezes se viam obrigados a encerrarem seus estudos após concluírem essa etapa, pois não possuíam alternativas para continuarem na escola. No entanto, desde de 2020 a Secretaria Municipal de Educação oferece a oportunidade dos alunos realizarem seus estudos de forma online. Sendo assim, agora é possível que esses alunos consigam dar continuidade aos seus estudos.

No início deste ano de 2023, a Secretaria Municipal de Educação anunciou às pessoas das comunidades dos sítios Mata Fresca e Mastruz que não seria mais viável manter os alunos das turmas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental I na escola. A justificativa dada foi a de que o número de alunos matriculados estava baixo, havendo menos de 15 alunos, de diferentes séries. Dessa maneira, continuar com duas turmas ou reuni-los em uma única turma multisseriada poderia comprometer a aprendizagem e atrasar o desenvolvimento dos alunos.

A gente fechou a escola porque nos últimos anos o número de alunos vinha diminuindo. No ano passado nós tínhamos um total de 15 alunos, e aí por uma resolução da secretaria, para que uma escola rural funcionasse precisaria de no mínimo 15 alunos. Ano passado nós tínhamos esses 15 alunos e conseguimos manter ela aberta, mas esse ano alguns alunos foram para o fundamental II e só ficaram 11 alunos para comunidade, alunos da Educação Infantil e alunos do Ensino Fundamental I. Como a gente não pode colocar todos em uma sala só, multisseriado, junto com a Educação Infantil, porque a gente entende que não tem qualidade, não tem condições de um professor poder ensinar a tantas turmas diferentes em uma só, nós conversamos com as famílias, fizemos duas reuniões e achamos melhor propor, pelo menos enquanto o número de crianças na comunidade não aumenta, a gente pensou em propor trazê-los para o município. Fica perto do sítio, tem transporte, aí eles entenderam que neste

momento era melhor para as crianças em relação ao ensino (representante da Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus).

Inicialmente os responsáveis pelos alunos se mostraram contra a decisão. Pois,

Na verdade assim, não disseram a nós que iam fechar, disseram que por enquanto iam levar as crianças para Bom Jesus por conta que o número de alunos tavam pouco e não tinha como a escola permanecer funcionando. Mas assim, até hoje eles dizem que a escola não está fechada porque ainda está ativa, aí pode ser que depois volte, só que eu acho meio difícil. Não foi que a comunidade aceitou fechar a escola, teve uma reunião para as mães concordarem em ir para Bom Jesus ou para o São José, por conta que os meninos tinham que sair da sede, por conta assim, acho que não tinha verba. Só que muitas mães preferiram Bom Jesus do que no São José, só teve uma mãe que preferiu o São José. Não foi bem a nossa vontade, nós tivemos que aceitar (mãe de aluno).

O São José, mencionado pela entrevistada, é distrito de Bom Jesus no qual fica localizado a Escola Municipal José Roque de Souza, atualmente funcionando com turmas da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental I e turmas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Além disso, a secretaria não deu a opção dos alunos permanecerem na escola da comunidade. Contudo, ressaltando o que foi dito no capítulo anterior, não houve nenhuma ação concreta das comunidades contra o processo de transferência dos alunos da escola do campo para a escola na cidade, o que não demonstra que os mesmos foram a favor da decisão da Secretaria Municipal de Educação.

Durante entrevista com a ex-professora da escola, ela também se mostrou contra a decisão e descreveu um pouco sobre como se sentiu.

Foi uma coisa até sofrida, eu sofri com aquela decisão. Quando eu recebi a notícia que a escola ia fechar. Então, eu não aceitei de forma alguma, porque eu voltei ao passado, igual a escola daqui que foi desativada para uma simples reforma e essa escola nunca mais voltou a funcionar, que era o Minervino (ex-professora).

Após o encerramento das turmas, uma das professoras que atuavam na escola foi transferida para outra escola do município, localizada também na zona rural, e a outra professora estava em processo de aposentadoria.

Ademais, é indispensável mencionar que o encerramento das turmas na E.M.E.I.F José Abel de Souza encaminhou-se simultaneamente com o encerramento de turmas na E.M.E.I.F Nossa Senhora da Piedade, localizada na comunidade da Timbaúba, zona rural de Bom Jesus - PB. Os motivos apresentados

pela Secretaria Municipal de Educação foram os mesmos e os alunos também foram transferidos para a escola da cidade.

O encerramento de turmas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, fere o disposto na resolução nº 2, criada em 2008, de acordo com o art. 3º, “a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental I serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças” (Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008).

As duas escolas continuam funcionando com turmas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no período noturno. No entanto, as aulas dessas turmas iniciaram apenas no final do mês de abril, o que manteve as escolas fechadas durante quatro meses consecutivos, funcionando apenas para outras atividades não escolares das comunidades.

Interpretamos que o número de alunos dessas escolas possam ter diminuído em conformidade com aspectos tais como a diminuição do número de filhos por família, assim como a diminuição de moradores nessas comunidades. Confirmando por uma das entrevistadas,

Tá tendo muita essa coisa das pessoas se deslocarem da zona rural para a cidade em busca de condições de vida melhor, o que é também admirável essa busca. Mas também as famílias não estão tendo muitos filhos como antigamente, então as famílias hoje têm um, dois filhos, então isso diminui muito o número de alunos (ex-professora).

A Secretaria Municipal de Educação afirmou que as turmas poderão ser reativadas nos próximos anos caso houver um aumento significativo no número de crianças matriculadas nessas escolas.

Conversamos com os pais, com as famílias e a escola passou recentemente por uma reforma, foi toda reformada e está em perfeitas condições em atender duas turmas. Nós conversamos com os pais que caso o número de crianças na comunidade aumente e esse seja o desejo das famílias, podemos sim em algum momento retornar para lá (representante da Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus).

No entanto, durante a entrevista com as representantes das comunidades, percebemos que o sentimento é dividido entre a esperança da reativação das turmas e a desesperança, recordando-se do ocorrido com a Escola Minervino Alves

Soares, fechada com a promessa de que seria reaberta, mas que no entanto teve o prédio demolido.

3.3. Processo de esvaziamento do campo

Percebamos que o censo do IBGE apontou para uma queda de -4,75% na população de Bom Jesus, por ser considerada uma cidade pequena, pouca desenvolvida economicamente e com poucas oportunidades de trabalho, muitos dos seus habitantes deixam a cidade para morar em cidades maiores ou em capitais, em busca de uma qualidade de vida melhor e com mais oportunidades de emprego. Com isso, incluímos também os moradores da zona rural, que não só saem da zona rural para a cidade de Bom Jesus, como também saem para outras cidades.

Acrescente-se aos motivos dos moradores da zona rural o medo da violência (assaltos, venda e uso de drogas e assassinatos), antes mais comum nas grandes cidades.

Outro motivo que tem levado os moradores a saírem da zona rural, é a falta de oportunidade de dar continuidade aos estudos. Muitas famílias sentem a necessidade de irem para cidade, para que seus filhos(as) consigam continuar estudando, pois, na maioria das comunidades, as escolas só possuem turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, a exemplo da E.M.E.I.F José Abel de Souza.

De acordo com levantamento realizado com a colaboração da Associação Comunitária Rural de Mata Fresca, fundada em 19 de setembro de 1991, atualmente existem 38 associados e o registro de 80 ex-associados, incluindo pessoas mais velhas e jovens que não residem mais na zona rural. Ou seja, essa diminuição no número de associados é um reflexo desse processo de esvaziamento da comunidade Mata Fresca, fato que se repete em muitas comunidades rurais no Brasil.

Além disso, observamos na paisagem que compõem as comunidades Mata Fresca e Mastruz uma diminuição da agricultura, confirmada pelos moradores mais velhos que rememoram durante suas conversas, em trabalho de campo, os anos em que eram grandes as colheitas de algodão, feijão e milho.

Os trabalhadores que permanecem morando nessas comunidades têm buscado outros meios de sobrevivência para além da agricultura, pois nem sempre a produção agrícola será o suficiente para suprir as suas necessidades, que

dependem até mesmo do ciclo das colheitas dos alimentos que produzem. Sendo assim, os membros das famílias podem procurar exercer atividades não-agrícolas para complementarem a sua renda. O fenômeno é definido na academia como pluriatividade na agricultura familiar, o tema começa a ganhar visibilidade aqui no Brasil a partir dos anos de 1990.

Schneider (2003) apresenta a definição do conceito de pluriatividade de forma objetiva,

Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (Schneider, 2003, p.100-101).

Os trabalhadores rurais podem organizar o trabalho de suas famílias a partir de distintos motivos, entre eles o que já foi dito, complementar a renda familiar.

No entanto, também presenciamos famílias que deixaram de produzir totalmente para a agricultura, não plantam, não criam animais, não desenvolvem nenhum trabalho em suas terras, que servem apenas de moradia. As causas podem ser variadas, como a falta de incentivo à agricultura, à falta de dinheiro para investir, por trabalharem fora (assalariados ou não), por falta de tempo para poderem trabalhar em suas terras e devido às questões climáticas do semiárido, muitos agricultores perdem suas colheitas no período de estiagem e nesse período precisam procurar se ocupar com outras atividades, com isso algumas famílias conseguem se manter com tais atividades e não voltam mais a trabalharem na roça.

Somando todos os fatores que vemos se desenrolar nas comunidades da Mata Fresca e Mastruz, desencadeia-se o projeto de esvaziamento do campo, esse projeto se refletiu na diminuição do número de alunos na E.M.E.I.F José Abel de Souza e no fechamento de turmas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I. Sendo que, durante a entrevista com a ex-professora, a mesma chegou a mencionar que houve anos de ter até 50 alunos matriculados na escola. É importante mencionar que nunca houve na escola turmas do anos finais do Ensino Fundamental II e nem turmas de Ensino Médio, concentram-se essas turmas na escola da cidade. Em outras comunidades rurais do município as turmas também são apenas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

4. E.M.E.I.F JOSÉ ABEL DE SOUZA: PROPOSTA DE REATIVAÇÃO DAS TURMAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Neste último capítulo, discutimos uma proposta em torno da problemática exposta, que foi pensada durante a sistematização da pesquisa e com base nas leituras realizadas durante esse processo, a fim de defender o projeto educativo no campo e do campo.

4.1. Turmas multisseriadas: uma proposta de enfrentamento ao processo de fechamento da escola E.M.E.I.F José Abel de Souza

Proponho e defendo, enquanto pesquisadora, a ideia de que é viável, essencial e urgente a reativação das turmas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I da E.M.E.I.F José Abel de Souza, pois isso poderá impedir que futuramente ocorra o total fechamento da escola.

As escolas no campo fazem parte da construção dos direitos conquistados pelos movimentos sociais do campo e mantê-las abertas, permitindo o acesso a uma educação de qualidade e contextualizada com a realidade de cada uma dessas diferentes comunidades rurais, é garantir um direito que foi conquistado. Além disso, é de grande importância para as comunidades ter acesso a uma escola na própria comunidade, com professores que conhecem a realidade dos seus alunos e os aproxima ainda mais dos saberes e experiências construídos pelos próprios sujeitos do campo, valorizando saberes locais.

No caso da E.M.E.I.F José Abel de Souza, o número de alunos é muito reduzido, havendo séries com menos de cinco alunos, do ponto de vista financeiro é inviável dispor uma professora para cada série. Fora que o prédio da escola possui apenas duas salas de aulas, assim para adotar o modelo seriado seria preciso a construção de novas salas.

Nessas circunstâncias o modelo multisseriado é a opção que melhor se adequa a E.M.E.I.F José Abel de Souza, como sempre foi nos anos anteriores de funcionamento e assim continua sendo em outras escolas rurais do município de Bom Jesus - PB.

As escolas multisseriadas consistem em concentrar estudantes de diferentes idades e séries em uma única turma, com a finalidade de seguir a “... lógica do Custo/benefício, o número reduzido de estudantes que vivem nas pequenas comunidades rurais não justifica a criação de uma turma por série, resultando por esse motivo na criação das inúmeras escolas rurais multisseriadas existentes no país” (HAGE, s.d, n.p).

O pesquisador Hage (s.d) traz em seu trabalho dados que apresentam a necessidade de pesquisas nas escolas multisseriadas.

A escola multisseriada é muito criticada, principalmente pelos que consideram as escolas seriadas dos centros urbanos como o único modelo possível e que de fato poderá garantir uma efetiva aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Dado que,

As pesquisas que temos realizado revelam que muitos fatores contribuem para que os sujeitos do campo acreditem que o modelo de escola seriada urbana seja a referência de uma educação de qualidade. Dentre esses fatores, destaca-se o discurso de que vivemos em um mundo em que o espaço urbano tem sido apresentado como o lugar das possibilidades, da modernização e desenvolvimento, do acesso à tecnologia, à saúde, à educação de qualidade e ao bem estar das pessoas, ao passo que o meio rural tem sido apontado como o lugar do atraso, da não-modernidade, da miséria, da ignorância e do não-desenvolvimento (Hage, s.d, n.p).

De acordo com o autor, esse discurso condiz com o paradigma de racionalidade e de sociabilidade urbano-cêntrico,

[...] que estabelece padrões exteriores como universais para o mundo, sendo esse paradigma fundamentalmente particular e conseqüentemente excludente, posto que apresenta e impõe um padrão de pensar, de agir, de sentir, de sonhar e de ser de acordo com os princípios e valores de uma racionalidade e sociedade capitalista mercadológica, excluindo outros modos de representar o mundo e produzir a vida (Hage, s.d, n.p).

Além disso, de acordo com o autor,

Segundo esse paradigma, as escolas consideradas de boa qualidade são aquelas que estão na cidade e são seriadas. Entretanto, os estudos que temos realizado indicam que esse modelo de organização de ensino seriado urbanocêntrico tem origem nessa racionalidade moderna, que se fundamenta nas seguintes idéias: a ciência é entendida como o único conhecimento válido e verdadeiro, o mundo é representado de forma fragmentada, exemplificado na separação entre: sujeito-objeto, corpo-alma, natureza sociedade, cultura-natureza, etc, gerando dualidades e hierarquizações entre modos de vida, como o urbano e o rural, por exemplo. Esse modelo contribui, portanto, para homogeneizar as culturas,

fortalecendo valores como o individualismo, a competitividade, a seletividade, meritocracia, e produzindo a discriminação, a exclusão e a desigualdade (Hage, s.d, n.p).

Dessa forma, o modelo seriado tem suas limitações, acrescenta-se ainda que,

Esse modelo de escola seriada urbanocêntrica coloca o conteúdo científico em primeiro plano, privilegiando sua transmissão de forma mecânica, linear e disciplinar como condição para a formação, aprendizagem e requisito para que o estudante seja, gradativamente aprovado, série após série, até chegar ao vestibular e ingressar de preferência em universidades de maior prestígio. Dessa forma, nesse modelo de escola, desde a pré-escola, os estudantes são preparados para os níveis posteriores de ensino e a meta final é a inserção no mercado de trabalho, não importando os demais aspectos necessários a uma formação humana integral (Hage, s.d, n.p).

Sendo assim, se reconhece a urgência em questionarmos as Secretarias Municipais e de Educação e Ministério de Educação, porque não oportunizar os diversos modelos de educação existentes no país, dando visibilidade e oportunidade a todas as escolas, inclusive as escolas multisseriadas do campo?

Continuar excluindo as escolas multisseriadas do campo, diante desse contexto, é optar por uma educação inserida no modo de desenvolvimento capitalista.

Então o que fazer com as escolas multisseriadas do campo? As alternativas apresentadas por Hage (s.d) são,

- Acabar com todas elas, implantando a seriação através da nucleação e o investimento no transporte escolar
- Criar metodologias próprias e material pedagógico para aperfeiçoar o ensino nessas escolas
- Formar os professores para atuar de forma competente na multissérie
- Ciclar todas as escolas
- Transgredir o paradigma seriado e urbano que referencia a escola no campo (multissérie) (n.p).

Por esse motivo, acreditamos que o investimento no aperfeiçoamento de metodologias e formação dos professores irá colaborar com a transgressão do paradigma seriado e urbano, oportunizando a construção de uma escola multisseriada com uma educação de qualidade, conseqüentemente acreditamos na reabertura da E.M.E.I.F José Abel de Souza dentro desse modelo. Para a transgressão do paradigma seriado e urbano, Hage (2014), esclarece que

Em nosso entendimento, essa proposição não se efetivará via decreto, por imposição do poder público, de modo compulsório para todas as escolas ao

mesmo tempo, ou mesmo por decisão dos pesquisadores, educadores ou de algum outro segmento escolar isoladamente. Uma mudança dessa natureza, para se materializar e apresentar os resultados significativos deve se constituir paulatinamente, com muito diálogo e reflexão, envolvendo todos os segmentos escolares, com estudos e pesquisas sobre as condições existenciais e as possibilidades de intervenção que atendam às peculiaridades locais das escolas e suas comunidades, aproveitando o acúmulo das experiências e práticas criativas dos sujeitos que participam das escolas rurais multisseriadas, da capacidade inventiva e inovadora desses sujeitos em fazer diferente mesmo quando as condições materiais, objetivas e subjetivas são muito desfavoráveis e as limitações e carências são muito profundas (Hage, 2014, p. 1176).

Então, será um processo lento e contínuo, mas é necessário investir nas pesquisas, ouvir as comunidades, os professores que já atuaram e que ainda atuam em turmas multisseriadas e aprender com suas experiências. Portanto,

Implica, ainda, em realizar uma “escuta sensível” ao que os professores e estudantes vêm realizando no cotidiano da escola, destacando as atividades bem-sucedidas, valorizando as boas práticas educativas e refletindo sobre as experiências que não se efetivam adequadamente, para ressignificar com eles, os sentidos de currículo, de projeto pedagógico, de educação e de escola (Hage, 2014, p. 1177).

Contudo, reconhecemos as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos nas escolas multisseriadas e se não houver o efetivo apoio da Secretaria Municipal de Educação, não será executável o caminho na construção de uma escola multisseriada que supere as dificuldades.

Além disso, concordamos com os pesquisadores que abordaram a necessidade de que para a construção dessas escolas com turmas multisseriadas é preciso que estas passem por uma reorientação curricular, pois não é possível aplicar o mesmo currículo de turmas seriadas em turmas multisseriadas. De acordo com Reis (2004), para que isso ocorra é preciso uma mudança no todo, “exige mexer no todo do que vem-a-ser as concepções de educação, currículo, formação, avaliação, gestão, entre outros tantos importantes aspectos da educação e da escola” (p.76).

Podemos então observar trabalhos pedagógicos realizados em outras escolas que obtiveram bons resultados, trazemos o exemplo do que foi feito em escolas nas praias do Sono e do Pouso, no Rio de Janeiro, sob orientação dos professores Domingos Nobre, Mara Edilara de Oliveira e Licio Monteiro. Os mesmos realizaram a reorientação curricular pela via das redes temáticas e pedagogia de projetos. Em resumo, de acordo com os autores é “[...] uma metodologia que une a pedagogia de

projetos (Hernández) à pedagogia de rede temática/temas geradores de Freire” (Nobre e França, s.d, p.5).

Professores, comunidade e a escola em geral, podem buscar outros projetos como este que foi citado, ver o que se aplica ou não a realidade da E.M.E.I.F José Abel de Souza e até mesmo se reinventarem com novas ideias pensadas e elaboradas por estes, conforme concordarem ser a melhor solução para garantir uma educação de qualidade os alunos da escola.

No entanto, com base na perspectiva abordada neste trabalho, a de que o esvaziamento do campo é um projeto do agronegócio dentro dos pressupostos de desenvolvimento capitalista, e que umas das consequências disso é o fechamento das escolas do campo, acreditamos que a reativação das turmas da E.M.E.I.F José Abel de Souza só se concretizará efetivamente se acompanhada no conjunto de implementação de Políticas Públicas para o campo pensando enquanto território pois, “[...] ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade” (Fernandes, 2008, p.280). Ou seja, é preciso que as políticas públicas envolvam as dimensões da educação, social, econômica, cultural e todas as demais dimensões da vida dos sujeitos do campo, possibilitando assim a permanência desses sujeitos no campo.

5. Considerações finais

Por fim, a pesquisa mostrou que a redução do número de estudantes na E.M.E.I.F José Abel de Souza resultou na transferência destes estudantes para a escola localizada na cidade. Além disso, um dos fatores que influenciaram essa diminuição de alunos foi a diminuição de moradores das comunidades dos sítios Mata Fresca e Mastruz.

Porém, considera-se a necessidade de aprofundar as pesquisas e avançar no entendimento do quantitativo de famílias que saíram do campo e fazer uma análise mais criteriosa. Acredita-se que a presente pesquisa possa contribuir com futuras pesquisas relacionadas a tais temáticas e que o aprofundamento destas questões é importante para uma compreensão maior da realidade da zona rural do município de Bom Jesus.

No entanto, apesar da diminuição do número de alunos, acreditamos e buscamos discutir neste trabalho a possibilidade de reativação das turmas a partir da continuação, incentivo e apoio através de pesquisas e formação de professores para se manter a escola com o modelo multisseriado.

Além disso, procuramos defender que essa ação deve ser realizada em conjunto com a implementação de outras políticas públicas para o campo, valorizando o modo de vida e as potencialidades da comunidade. Para esse fim, é preciso ouvir os sujeitos da comunidade e avançar nas pesquisas.

Enfatizamos que defender tal visão é defender um movimento de luta protagonizado pelos movimentos sociais do campo, sempre buscando nos ater às reivindicações de tais grupos.

Referências

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia. **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos. MST, 2019.** Disponível em: [80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos - MST](#). Acesso em: 21 de out. de 2023.

BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf Acesso em: 24 de nov. de 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In.: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (organizadores). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-266.

CELLA, Daltro; QUEDA, Oriowaldo, FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial.** Revista Retratos de Assentamentos, Vol. 22, N.1, 2019, P. 69-91.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023. Comissão Pastoral da Terra, 10 de out/2023. Disponível em: [Comissão Pastoral da Terra - Comissão Pastoral da Terra \(CPT\) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023 \(cptnacional.org.br\)](#) Acesso em: 30 de out/2023.

COSTA, Maria Lemos; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. **Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática.** Rev. Bras. Educ. Camp. Tocantinópolis. v. 1, n. 2, p. 177-203. jul./dez. 2016. ISSN: 2525-4863.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Bom Jesus, estado da Paraíba/

João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda (organizadores). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

ELESBÃO, Ivo. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, XLII, 84, 2007, p. 47-65.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (março), 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In.: Molina, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. In.: Teixeira, Gerson; Gomes, Newton (editores). **Questão agrária e desigualdades sociais do Brasil**. Ano 35, V 01, Nº 02, p. Edição Out/2014. ISSN 0102-1184.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A Multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo**. Faculdade de Educação da UFBA.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, out.-dez., 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/bom-jesus/panorama>. Acesso em: 25 de out. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Cap. 3. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In.: Gomes, Suely Ferreira Deslandes Romeu;

Minayo, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. p. 61-77.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Brasília, v.24, n.85, p.17-31, abr.2011.

NOBRE, Domingos Barros; FRANÇA, Indira Alves. Uma reorientação curricular pela via das redes temáticas e da pedagogia de projetos. In.: Monteiro, Licio Caetano do Rego; NOBRE, Domingos Barros; Oliveira, Mara Edilara Batista de (organizadores). Caderno pedagógico para projetos de Educação Escolar Diferenciada e Intercultural: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas Municipais Martin de Sá, na Praia do Sono, no Pouso de Cajaíba, Paraty-RJ. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Caderno-Pedag%C3%B3gico-o-Guia-Tur%C3%ADstico-Local-2017-rev-.pdf> Acesso em: 24 de nov. de 2023.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As políticas públicas em educação do campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem campo – saberes da terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná, p. 378, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Lanna Cecília Lima de; SILVA, Luana Patrícia Costa; SILVA, Matheus Ferreira. **FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: entre os territórios de articulação, resistência e luta**. Revista Teias, v. 24, n. 72, p. 330-342, jan./mar. 2023.

PERIPOLLI, Odimar João; ZOIA, Alceu. **O fechamento das do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas**. ECS, Sinop/MT, v.1, n.2, p.188-202, jul./dez. 2011.

REIS, Edmerson dos Santos. **A contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação curricular das escolas do campo.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. 1. Educação, Salvador, 2004, 318 p.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; MARQUES, Dayana Ferreira; RODRIGUES, Adriege Matias; DIAS, Gilvania Lima. **Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, Nº. 51. p. 100-192, fev/2003.

SILVA, Marquiline Barboza da. **Bom Jesus, Paraíba ou Ceará? : uma cidade paraibana no estado do Ceará.** Monografia (licenciatura em história) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras - PB, 2014, 61 p.